

## Preservando o *status quo* na economia política angolana: adaptações governativas, angolanização e o mercado<sup>1</sup>

### *Mastering status quo in the Angolan political economy: governance adjustments, 'angolanização' and the market*

GABRIELI FERNANDES FICKELSHERER GAIO<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda a preservação do *status quo* na economia política angolana a partir do fim da guerra civil no país. O trabalho busca apreender o papel do processo de angolanização na estratégia de manutenção do poder por parte do partido governante sob o contexto das políticas de reconstrução nacional. Esta pesquisa combina abordagens da Economia Política Internacional (EPI) (Strange, 1970; 1976; 1988; 1996; Underhill, 2000; 2001; 2003) com as observações de Bayart (1991; 2009) e Cooper (2002) relativamente ao estado pós-colonial no continente africano. O artigo identifica uma dinâmica co-constitutiva entre público e privado articulada pela gestão do partido governante, que molda tanto o estado quanto o mercado de acordo com suas estratégias de manutenção do *status quo*.

**Palavras-chave:** Angola – MPLA – angolanização.

**Abstract:** This article approaches *status quo* maintenance in Angola's post-civil war political economy. The main purpose of this work is to apprehend the role played by 'angolanização' in the ruling party's strategy for holding power under the conjuncture of national reconstruction. Combining approaches from International Political Economy (IPE) (Strange, 1970; 1976; 1988; 1996; Underhill, 2000; 2001; 2003) with Bayart's (1991; 2009) and Cooper's (2002) views on the postcolonial state in Africa, this article identifies the co-constitutive character of public and private spheres in Angola. Such co-constitutive character is a byproduct of the ruling party's strategies for preserving *status quo* in the post-civil war years.

**Keywords:** Angola – MPLA – 'angolanização'.

Recebido em:  
03 de Janeiro de 2018

Received on:  
January 3, 2018

Aceito em:  
13 de Março de 2018

Accepted on:  
March 13, 2018

DOI:10.12957/rmi.2017.32110

<sup>1</sup> Esta pesquisa conta com o financiamento da Universidade de Lisboa. O trabalho já contou também com apoio logístico e financeiro da construtora Odebrecht, especificamente para coleta de dados em Angola. A pesquisa apresenta uma abordagem predominantemente qualitativa mediante observação participante e entrevistas semiestruturadas e não estruturadas. Até o momento, a técnica da observação participante e as entrevistas abrangem cerca de 50 pessoas distribuídas entre Angola (Luanda, Malanje e Kwanza-Norte), Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) e Portugal (Lisboa). Os(as) entrevistados(as) para a presente pesquisa consistem em representantes governamentais angolanos e brasileiros, empresários e funcionários de empresas angolanas, brasileiras e portuguesas, bem como líderes de comunidades locais angolanas. Devido à sensibilidade do tema, o princípio da confidencialidade das identidades dos(as) entrevistados(as) mostra-se essencial para a condução deste trabalho.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciência Política com financiamento da Universidade de Lisboa. Professora Auxiliar Convidada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa). **Endereço para correspondência:** Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Piso 0, Centro de Estudos Africanos (Gabinete 38), Rua Almerindo Lessa, 1300-663, Lisboa, Portugal. **E-mail:** [ggiao@iscsp.ulisboa.pt](mailto:ggiao@iscsp.ulisboa.pt)

## 1. Introdução

Este artigo aborda a preservação do *status quo* na economia política angolana a partir do fim da guerra civil no país<sup>3</sup>. O trabalho analisa o modo pelo qual o partido governante – Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) – articula estratégias de preservação do poder no contexto da agenda de reconstrução, conciliando dinâmicas intrapartidárias com o capital privado transnacional sob a égide das políticas de angolanização. Para tal, a pesquisa combina abordagens da Economia Política Internacional (EPI) (Strange, 1970; 1976; 1988; Underhill 2000; 2001; 2003) com os contributos teóricos de Bayart (1991; 2009) e Cooper (2002) acerca do estado pós-colonial africano.

Com o fim da guerra civil, em 2002, Angola depara-se com a necessidade de atrair investimentos externos para viabilizar a reconstrução no país (PPIAF & Banco Mundial, 2005; Pushak & Foster, 2011). A despeito da adoção de

novas arquiteturas institucionais que busquem promover uma maior liberalização político-econômica, a literatura observa uma distância relativamente aos padrões governativos neoliberais, implicando aquilo que Oliveira (2011) sintetiza enquanto “illiberal peacebuilding”. O MPLA conduziria, segundo tal lógica, as transições político-econômicas sem perder o controle sobre os principais agentes econômicos no país.

Desse modo, assegura-se que tais agentes contribuam para a manutenção do *status quo* não obstante as mudanças relativamente ao modelo econômico adotado (Ferreira, 2005; Oliveira, 2011; Aguilar, 2003; Hodges, 2007; Messiant, 2007). O presente trabalho busca realizar uma contribuição para essa literatura ao trazer algumas reflexões relativamente ao processo de angolanização da economia (Gaio, 2016) enquanto uma estratégia de preservação do *status quo* político-partidário frente às corporações transnacionais que adentram o país no pós-guerra.

O artigo estrutura-se em quatro seções, incluindo esta introdução. A próxima seção dedicar-se-á ao debate acerca das abordagens teóricas a serem utilizadas na análise do objeto estudado. A terceira parte do artigo irá abordar a economia política angolana, conferindo ênfase ao papel do MPLA e ao processo de

---

<sup>3</sup> Esta pesquisa encerra seu recorte cronológico no ano de 2014, visto que o período mais recente é marcado por alterações no locus de poder político-partidário angolano, culminando na saída de José Eduardo Dos Santos da presidência e na eleição do ex-líder da pasta militar João Lourenço em Agosto de 2017. Ainda que o MPLA permaneça no poder, o regime deixa de ser centrado na liderança de Dos Santos, trazendo implicações ainda incertas para o tema aqui analisado.

angolanização<sup>4</sup>. Finalmente, a quarta e última seção irá apresentar algumas conclusões da pesquisa.

## ***2. Economia Política Internacional, políticas do ventre e o gatekeeper state: produzindo o público e o privado.***

Em meio à diversidade que caracteriza a EPI, é possível sustentar que seu epicentro constitui o estudo acerca das relações estado-mercado, política-economia ou, ainda, público-privado (Cohen 2008, p. 3; Gilpin 1987, pp. 3-11). Este artigo baseia-se nas abordagens teóricas de Geoffrey Underhill (2000; 2001; 2003) e Susan Strange (1976; 1988), uma vez que seus trabalhos se mostram muito úteis para a compreensão da fluidez entre público e privado que será abordada neste trabalho<sup>5</sup>.

Os autores apresentam uma crítica ao que Underhill (2000, p. 819) identifica

como a “dicotomia” público-privado na EPI. Embora o campo paute-se pela premissa de que estados e mercados interagem constantemente, há uma lógica dicotômica subjacente que produz estado e mercado enquanto esferas ontologicamente distintas ou mesmo opostas. Segundo essa lógica, o estado corresponderia à esfera pública – lócus do poder, da política, da autoridade e das relações hierárquicas. O mercado, por outro lado, é apreendido enquanto o âmbito privado, isto é, um espaço apolítico, regido pela concorrência perfeita e pela alocação racional de recursos. Underhill (2001) acrescenta que a dicotomia público-privado constitui a base para o paradigma neoliberal propagado no contexto dos anos 1980 e 1990.

Para o autor, a noção de um mercado apolítico ou autônomo relativamente ao âmbito político do estado e da sociedade constitui uma falácia teórica e prática (Underhill, 2001; 2003). Isto porque o mercado seria caracterizado por um conjunto de atores detentores de agenda política própria e que constituem parte fundamental das políticas públicas empreendidas em uma sociedade. Tanto Underhill (2000) quanto Strange (1988) apreendem o mercado e seus agentes enquanto um importante lócus de autoridade política. Strange (1988) sustenta que a autoridade política consiste na capacidade de influenciar as regras ou estruturas por meio das quais ocorre a alocação de recursos. A autora

---

<sup>4</sup> Embora o processo de angolanização encontre suas raízes no setor petrolífero na década de 1980 (Lopes 2012), este artigo confere ênfase ao contexto pós-guerra civil, quando seu escopo e funcionalidade ganham novos contornos conforme as necessidades político-partidárias do país.

<sup>5</sup> Ainda que este artigo enfatize complementaridades entre as abordagens de Strange e Underhill, há que se reconhecer algumas diferenças entre seus trabalhos (Gaio 2012). Enquanto Strange (1996) argumenta que há uma “retração” do estado frente às corporações transnacionais, Underhill (2000; 2001; 2003) defende que o estado é capaz de articular transformações em sua estrutura de modo a acompanhar a expansão de tais empresas, não havendo, necessariamente, uma diminuição no poder estatal. Entretanto, ambos partilham uma perspectiva crítica relativamente à dicotomia público-privado pregada pelo neoliberalismo e advogam, em seu lugar, a ideia de uma autoridade política difusa.

acrescenta que a autoridade política é difusa, isto é, não está restrita ao estado e suas estruturas, devendo também ser encontrada em instituições do mercado<sup>6</sup>.

A revisão dessa lógica dicotômica implica uma revisão acerca da seara pública ou, mais precisamente, acerca das políticas públicas enquanto prerrogativas do âmbito estatal (Underhill, 2000). Assim como o mercado é constituído por vetores políticos e, portanto, influencia os political outcomes de dada sociedade, o estado apresenta agentes e instituições mercadológicas integradas em suas estruturas por meio da crescente participação de entidades privadas em políticas públicas. Desse modo, não necessariamente o estado será exclusivamente o espaço do público nem, tampouco, o mercado estará restrito ao âmbito privado conforme apregoadado pela lógica dicotômica neoliberal.

A partir das críticas de Underhill (2000; 2001; 2003) e Strange (1976; 1988;

1996) elaboradas no seio EPI, é possível articular um diálogo com os trabalhos de Bayart (1991; 2009) e Cooper (2002) que nos permitirá melhor contextualizar tais críticas considerando-se a realidade angolana. Bayart (1991; 2009) alerta-nos para o contorno particularmente ferrenho que caracteriza a luta pelo poder nos estados pós-coloniais africanos. Sob uma dinâmica que convencionou chamar metaforicamente de “políticas do ventre”, o processo governativo corresponderia a uma fonte de alimentação ou subsistência:

(T)oda a arte de governar consiste na administração do jogo de facções de modo a dividir, dominar e garantir apoio sem ser controlado pelas mesmas (...) lutas faccionais não são apenas pela distribuição de status e poder. Elas também se dão pela distribuição de riqueza, ou, mais precisamente, pela possibilidade de acumulação primitiva (Bayart 1991, pp. 41-42)

As políticas do ventre são uma verdadeira questão de vida ou morte. Vida – caso o sujeito em questão seja bem-sucedido ao garantir sua fatia do ‘bolo nacional’, sem sucumbir no seu empreendimento. Morte – (...) se o sujeito é emboscado ou derrotado por oponentes. (Bayart 2009, p. 238).

Nóbrega (2015), ao analisar a Guiné-Bissau, complementa os apontamentos de Bayart (2009):

(O) resultado do jogo é o de *soma zero* que não concede um estatuto digno à elite não governante, nem instituições para

---

<sup>6</sup> Devido ao espaço e tempo limitados, este trabalho não traz uma análise profunda relativamente à génese do mercado nas sociedades modernas. O artigo recorre aos trabalhos de Strange e Underhill, uma vez que os autores recuperam essa análise no contexto do estabelecimento da EPI enquanto campo académico (Cohen 2008). Entretanto, é importante recordar as abordagens de autores como Polanyi (1944) e Habermas (1962), por exemplo. O primeiro defendeu que “não há nada de natural no *laissez-faire*”, indicando o carácter político da génese do mercado ou um “projeto social” fruto da “ação do estado” (Polanyi 1944, p. 145). Habermas (1962, p. 141) notou uma constante “tendência para a mútua infiltração entre as esferas públicas e privadas”, segundo a qual o mercado seria repetidamente moldado pela esfera pública e pela ação política de agentes privados.

amortecer sua derrota. Nesse contexto, a luta pelo poder ganha contornos mais conflituosos pois trata-se, para todos os efeitos, de uma luta pela subsistência (Nóbrega 2015, p. 169; grifo do autor).

A luta pelo poder implica público e privado ou estado e mercado. O controle sobre o aparato estatal encontra-se inevitavelmente ligado ao domínio sobre a alocação de recursos ou sobre o mercado. Isso porque o controle sobre o primeiro implica, necessariamente, dominar o segundo de modo a fortalecer bases aliadas e asfixiar – por falta de recursos – possíveis focos opositores (Bayart, 1991; 2009). O mercado, conseqüentemente, está no epicentro do jogo político e sua autoridade política integra-se na luta pelo controle sobre a esfera dita “pública”. Desse modo, têm-se a gênese de um mercado eminentemente político que constitui parte essencial da autoridade política difusa descrita por Strange (1976; 1988).

Frederick Cooper (2002) correlaciona o mercado político ao fenômeno do gatekeeper state. O gatekeeper state a) “controla a interface entre a economia nacional e internacional” (Cooper 2002, p. 141) e b) “faz pouco para encorajar uma classe empresarial autônoma, mas usa sua posição estratégica para prover oportunidades para clientes” (Cooper 2002, p. 138). Segundo o autor, gatekeeper state caracteriza-se por um controle obsessivo sobre a fronteira doméstico/internacional enquanto fonte tanto de oportunidades como de riscos,

ocasionando, como será visto adiante, o processo de angolanização ao qual submetem-se as corporações transnacionais em Angola.

### ***3. O status quo, o MPLA e o mercado: a economia política da angolanização.***

#### ***3.1. A gênese do mercado em Angola***

O MPLA preservou uma atípica autonomia governativa durante as reformas pró-mercado iniciadas em fins da década de 1980 (Chabal, 2007). O partido ficaria conhecido por sua postura autonomista frente a instituições internacionais – algo viabilizado, em grande medida, pela riqueza em recursos naturais e reduzida dependência relativamente a tais instituições (Hodges, 2007). A privatização das empresas estatais deu-se, em grande parte, sem concursos públicos e sob negociação direta com o comprador selecionado (República de Angola, 2008). Como resultado, o governo desempenhou um papel fundamental na gênese do mercado angolano, sendo os beneficiários das privatizações agentes da base aliada ou que apresentavam algum valor estratégico para o regime – com destaque para a classe dos militares (Ferreira, 1999).

Desse modo, as privatizações foram instrumento de preservação do status quo mesmo em tempos de transição ou “liberalização” política e econômica (Ferreira, 1999; Hodges, 2007; 2003). A liberalização econômica pouco faria,



nesse sentido, pela descentralização política. O partido governante atuaria no campo econômico de modo a evitar que as reformas e ajustes promovessem uma maior competitividade na arena política (Messiant, 2007). O mercado angolano foi, enfim, concebido não apenas para privar opositores das oportunidades – ou cooptá-los – mas também para manter a própria cúpula do partido fiel de modo a evitar deserções.

Dessa forma, a gênese do mercado em Angola constitui exemplo do empreendimento político das políticas do ventre (Bayart, 1991; 2009). Nesses termos, o mercado integra a arena das negociações políticas que alimentam a luta pelo poder, a qual se cristaliza, no caso angolano, na preservação do status quo em âmbito público e privado. Paralelamente, aquilo que se entende pela esfera do estado pautou-se pela postura do gatekeeper (Cooper, 2002) relativamente às oportunidades de negócios criadas na gênese da privatização – direcionadas para uma base política-econômica aliada em detrimento de possíveis opositores.

### ***3.2. O pós-guerra civil e a agenda da angolanização: capital transnacional e status quo.***

No período pós-guerra civil, o capital transnacional torna-se cada vez mais relevante na agenda da reconstrução nacional (Gaio, 2012; 2014; 2017). Paralelamente, a crescente parceria de Angola com países como Brasil e China

pauta-se pelos pilares da Cooperação Sul-Sul (CSS), com especial ênfase no respeito à soberania e na não-intervenção em assuntos governativos (Lengyel & Malacalza, 2011; Ayllón 2009; Leite 2010). Tais características acentuam a autonomia governativa prezada pelo MPLA. Angola consegue, enfim, financiar a agenda da reconstrução sem a necessidade de se submeter aos requisitos governativos neoliberais atribuídos à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) (Corkin, 2011; Kiala, 2010).

Mediante o crescente interesse das corporações transnacionais no mercado angolano pós-guerra, os projetos de investimento são alvo de análise cuidadosa por parte dos órgãos públicos responsáveis e necessitam de aprovação governamental para sua implementação. O potencial investidor deve apresentar um plano detalhado de investimento, contendo o montante a ser investido<sup>7</sup>, uma estimativa do emprego local a ser gerado, a percentagem de capital angolano presente no projeto, entre outros. Em caso de aprovação, toda essa informação ficará registrada em contrato de investimento estabelecido entre o estado angolano e o investidor privado, permitindo, por conseguinte, a

---

<sup>7</sup> Segundo dados coletados frente a autoridades angolanas durante pesquisa de campo no ano de 2014, a maior parte dos projetos de investimento em Angola conta com um capital inicial acima de US\$ 10 milhões.

fiscalização das metas por parte do governo e sanções em caso de incumprimentos<sup>8</sup>.

O setor privado – especialmente as corporações transnacionais – desempenha importante papel nas políticas de reconstrução. Contudo, não é possível abordar a economia política da reconstrução angolana sem levar em consideração o processo de angolanização apregoado pelo governo. Ainda que superficialmente abordado pela mídia enquanto exigência de contingente de mão-de-obra local, se trata de processo multidimensional e complexo. Tal dimensão da angolanização não é inverídica (Gaio, 2016), porém não contempla a profundidade do fenômeno enquanto mecanismo de manutenção do *status quo* por meio da economia política do MPLA.

A pesquisa de campo conduzida acerca desse tema apontou que o processo de angolanização faz-se presente em outras

frentes, como, por exemplo, em políticas comerciais ou no controle sobre investimentos estrangeiros e exigência de parcerias locais. Relativamente ao comércio internacional, há algumas evidências de nacionalismo econômico (List, 1841), nomeadamente no que se refere ao aumento das barreiras às importações e à hesitação em se juntar à área de livre comércio da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). É, entretanto, no controle sobre o *modus operandi* da entrada de capital estrangeiro no país que a angolanização mostra sua dimensão menos óbvia e, contudo, mais profunda.

De maneira geral, a ideia sustentada pela angolanização na dimensão dos investimentos estrangeiros é garantir que empresários angolanos tenham assegurada sua participação em projetos nos mais variados setores da reconstrução nacional. O estabelecimento de parceria com sócio local constitui condição obrigatória para que o investidor estrangeiro obtenha aprovação do governo para seu projeto. As parcerias estabelecidas entre investidores estrangeiros e empresários locais permitem que os últimos controlem parte relevante dos projetos de reconstrução – pelo menos 35% na maioria dos setores, podendo alcançar

---

<sup>8</sup> Segundo entrevistas feitas durante a pesquisa de campo, alguns empresários concluem que Angola integra um grupo de países onde o regime de comércio não é livre devido ao controle governamental sobre os investimentos externos. Acrescentam que o capital mínimo exigido para se iniciar um negócio no país é uma forma de restringir o número de atores no mercado angolano, que passa a ser acessível apenas para poucas e grandes empresas. Representantes governamentais angolanos também entrevistados durante pesquisa de campo, entretanto, argumentam que é preciso exigir tal valor mínimo elevado porque Angola é um mercado caro e com risco elevado, pelo que o governo busca um investidor que seja capaz de sobreviver nessa conjuntura no longo prazo.

60% em atividades consideradas especialmente estratégicas<sup>9</sup>.

Paralelamente, o governo angolano assegura-se de que o sócio local seja uma figura-chave para a preservação do *status quo*. Geralmente, tal sócio é representado por um ex-militar que, após o fim da guerra, adentrou o mundo dos negócios ao constituir empresas angolanas de direito privado<sup>10</sup>. Nesse sentido, os ex-militares que migram para o mundo dos negócios no pós-guerra usufruem de posição de prestígio frente ao governo pois devem ver na reconstrução nacional a recompensa dos esforços dispendidos em tempos de guerra.

Adicionalmente, suas demandas devem receber atenção pois, se insatisfeitos, podem agir para perturbar o *status quo*. Trata-se da práxis das políticas do ventre (Bayart, 1991; 2009), que faz com que o jogo político e seja parte integrante das estruturas do mercado que, por sua vez, constitui um locus de autoridade política

juntamente ao estado (Strange, 1988; Underhill, 2000)<sup>11</sup>. O estado configura, ainda, o *gatekeeper* (Cooper, 2002) da reconstrução nacional, controlando a interface entre investidores externos e empresários locais.

A constituição da Companhia de Bioenergia de Angola (Biocom) constitui um bom exemplo para o a compreensão de como ocorre na prática o processo de angolanização na sua dimensão da relação entre empresários locais e investidores estrangeiros ou corporações transnacionais. Implementada em 2012, a Biocom localiza-se na província do Malanje e visa à produção de açúcar e etanol a partir do cultivo em larga escala de cana-de-açúcar. O empreendimento ocupa uma área de cerca de 70 mil hectares e o investimento total para sua implantação foi de US\$ 1, 27 bilhão. Até 2020, espera-se que a Biocom produza 6,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 768 mil toneladas de açúcar, 90.000 m<sup>3</sup> de etanol e 577GW de energia para exportação<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Informações recolhidas em pesquisa de campo. Embora a legislação não indique a obrigatoriedade de parceira local para todos os setores econômicos, as entrevistas conduzidas e a técnica da observação participante apontam que, na prática, os projetos de investimento necessitam de um parceiro local para obterem a aprovação final por parte do governo.

<sup>10</sup> Segundo entrevistas conduzidas na pesquisa de campo, a classe militar é apontada por empresários como crucial no regime angolano e no partido governante, dado que a Guerra civil chegou ao fim não por meio de negociações, mas sim por meio da vitória militar do MPLA.

---

<sup>11</sup> É importante observar, assim como o faz Strange (1988), que a autoridade política é caracterizada enquanto difusa pois não está restrita ao estado e às suas instituições. No entanto, seria equivocado pensar que essa difusão equivale a algum tipo de distribuição equitativa ou competitiva; ao contrário, como exemplifica o caso angolano, a autoridade política difunde-se no mercado de maneira controlada em direção a agentes específicos no mercado.

<sup>12</sup> Dados coletados em pesquisa de campo.



A Biocom é uma empresa de direito angolano e sua composição acionária é a seguinte: 40% grupo brasileiro Odebrecht, 40% da empresa angolana Cochan e 20% da estatal petrolífera angolana Sonangol. A presença da Sonangol em projetos relacionados à energia é bastante comum. A Cochan<sup>13</sup> é uma empresa angolana privada com uma presença bastante diversificada e consolidada na economia do país. Seu presidente é Leopoldino Fragoso do Nascimento, comumente conhecido como general Dino – parte estratégica da base político-econômica aliada ao MPLA e à presidência de José Eduardo dos Santos.

É possível observar, nesse sentido, que a Cochan desempenha um duplo papel na economia política angolana. O primeiro, ligado à dimensão da representatividade do capital nacional nas políticas de reconstrução, corresponde à superfície daquilo que se conhece por angolanização. Entretanto, a companhia angolana também denota uma estratégia do partido governante que visa à manutenção do *status quo* nos anos pós-guerra civil. Desse modo, não é suficiente que haja representatividade de

capital nacional nas parcerias com investidores estrangeiros, mas sim que tal capital nacional esteja nas mãos de figuras estratégicas de modo a não perder o controle do mercado e abrir possibilidades para financiamento de potenciais lócus opositores. Finalmente, a posição de prestígio do sócio local dentro do partido indica que a angolanização cumpre seu papel não apenas enquanto mecanismo de controle das oportunidades de negócios no país, mas também enquanto instrumento para a manter o *status quo* intrapartidário – isto é, manter a coesão entre camadas importantes do partido de modo a evitar deserções.

Corporações transnacionais que encontraram uma inserção bem-sucedida na reconstrução angolana deliberadamente incorporaram a angolanização em seu leque estratégico, especialmente por meio do estabelecimento das parcerias locais. Nenhum dos representantes do setor privado que contribuíram para esta pesquisa por meio de entrevista considerou a possibilidade de abrir mão do mercado angolano devido aos seus requisitos e características. Na realidade, os(as) entrevistados(as) demonstraram muita naturalidade quanto a essa questão, acrescentando que cada mercado teria suas peculiaridades políticas – isto é, não demonstraram

---

<sup>13</sup> A Cochan passou a integrar a Biocom enquanto substituta da Damer, uma companhia privada também angolana que apresentava entre seus líderes o general Kopelipa – figura proeminente do MPLA – bem como o anterior vice-presidente angolano, Manuel Vicente.

raciocinar com base em uma concepção única e abrangente do mercado enquanto entidade neoliberal.

De acordo com um dos empresários entrevistados, Angola “apresenta o modelo econômico que funciona” e que atende “às necessidades políticas” angolanas” em termos de estabilidade e *status quo* do regime. Outro entrevistado do setor privado acrescentou que é muito importante compreender adequadamente, respeitar e adotar os requisitos locais ao articular a estratégia de investimento da empresa em Angola. Essa *rationale* foi corroborada repetidamente por diferentes representantes empresariais que contribuíram para este trabalho, incluindo as mais variadas nacionalidades. Desse modo, o mercado parece ser apreendido por aqueles que o compõem como tão político quanto o estado.

Paralelamente, o mercado angolano é visto por diversos entrevistados como especialmente atrativo devido à capacidade de manutenção da estabilidade política. A estabilidade política, conforme apontado por Robert Gilpin (2001), ganha precedência sobre outras variáveis aos olhos do mercado – nomeadamente àquelas relativas ao tipo ou modelo do regime político-econômico ou à qualidade da governança. A identidade mercadológica

é, desse modo, colocada em questão: os agentes que compõem o mercado não se enquadram na normativa neoliberal e nem, tampouco, a reconhecem em termos práticos (Strange, 1988; 1996; Underhill, 2000; 2001; 2003). O engajamento na arena política é deliberado e incorporado na estratégia empresarial em meio ao processo de angolanização.

#### 4. Conclusões

O *modus operandi* governativo do MPLA em Angola, bem como seu caráter autonomista, criou condições propícias para o afastamento progressivo relativamente ao modelo observante (Moreira, 1996) de economia política pregado pela comunidade internacional – isto é, o Consenso Neoliberal. A economia política angolana afasta-se, desse modo, da dicotomia público-privado que sustenta a lógica neoliberal (Underhill, 2000; 2001; 2003; Strange 1976; 1988; 1992; 1996). As dinâmicas governativas observadas no caso angolano apontam para uma economia política caracterizada pelo padrão simbiótico público-privado, em que a autoridade política é encontrada tanto no estado quanto no mercado.

A comunidade empresarial nacional e transnacional – ou “o mercado” – emerge em Angola a partir de sólida relação com o partido governante,

apreendendo precisamente que se trata do epicentro da economia política do país. O sector privado, dessa forma, constitui uma componente essencial do *status quo* político no país – principalmente porque ocorre nesse espaço o controle e a distribuição estratégica de recursos com vistas à manutenção do poder em tempos de crescentes investimentos externos, seguindo a lógica das políticas do ventre (Bayart, 1991; 2009). Corporações transnacionais demonstram desenvoltura ao incorporar as variáveis políticas locais em suas estratégias de inserção e expansão no mercado angolano. Companhias locais, por sua vez, apresentam sua gênese na gestão do *gatekeeper state* (Cooper, 2002), estrategicamente concebidas com o objetivo de manter o *status quo* e a estabilidade política no pós-guerra civil.

A angolanização apresenta-se, desse modo, enquanto estratégia político-

partidária com o duplo objetivo de, por um lado, fazer frente ao crescente interesse externo de corporações transnacionais no pós-guerra civil e, por outro, acomodar demandas e agentes partidários estratégicos para a manutenção do regime e da estabilidade política e também intrapartidária. Trata-se de processo que, portanto, não pode ser apreendido à luz da dicotomia público-privado. O MPLA, comumente designado enquanto partido-estado (Messiant, 2007), compreendeu ao longo dos anos que o mercado constitui lócus de autoridade política assim como o estado. Nesse sentido, a estratégia partidária estende-se para além do aparato estatal e passa a abarcar também o Mercado, constituindo na esfera privada seus lócus de autoridade. Como Strange (1988) argumentou, a EPI nunca se centrou realmente em estados e mercados, mas sim nonexo autoridade-mercado.

---

## **Bibliografia**

Aguilar, R. (2003). 'Angola's private sector: rents distribution and oligarchy', in: *Lusophone Africa Conference: Intersections between the Social Sciences*. Nova Iorque: Cornell Univeristy. Disponível em: <[www.kyle.aem.cornell.edu/lusopaps/Renato\\_Aguilar.doc](http://www.kyle.aem.cornell.edu/lusopaps/Renato_Aguilar.doc)> [Acesso em: 20 Jan. 2017].

Ayllón, B. (2009). *Cooperación sur-sur: innovación y transformación em la cooperación internacional*. Disponível em: <<http://www.fundacioncarolina.es/es->

EES/nombrespropios/Documents/ NPBAyll% C3%B3n0912.pdf> [Acesso em: 1 mar. 2017].

Bayart, J.F. (1991). 'The State', in Young, T. (Ed.). *Readings in African politics*. Oxford: James Currey, pp. 40-44.

\_\_\_\_\_. (2009). *The state in Africa: the politics of the belly*. Michigan: Polity.

Chabal, P. (2007). 'E Pluribus Unum: transitions in Angola', in: Chabal, P.; Vidal N. (eds) *Angola: the weight of history*. Londres: Hurst & Company, pp. 1-18.

Cohen, B. (2008). *International political economy: an intellectual history*. Princeton: Princeton University Press.

Cooper, F. (2002). *Africa since 1940: the past of the present*. Cambridge: Cambridge University Press.

Corkin, L. (2011). 'Uneasy allies: China's evolving relations with Angola'. *Journal of Contemporary African Studies*, 29(2), pp. 169-180.

Ferreira, M.E.F. (1999). *A indústria em tempo de guerra: Angola 1975-90*. Lisboa: Edições Cosmos.

\_\_\_\_\_. (2005). 'Development and the peace dividend insecurity paradox in Angola'. *The European Journal of Development Research*, 17(3), pp. 509-524.

Gaio, G. (2012). 'Você imaginou. Nós construímos. Estado, mercado e a participação brasileira na recuperação da infra-estrutura angolana'. *Observador On-line*, 7(8), pp. 1-55.

\_\_\_\_\_. (2014). *O público, o privado e a economia política angolana: um estudo sobre a inserção das construtoras brasileiras em Angola*. Dissertação de Mestrado, Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

\_\_\_\_\_. (2016). 'Angolanidade e angolanização: interfaces da governança no pós-guerra civil em Angola'. *Revista Odeere*, 1(1), pp. 266-290.

\_\_\_\_\_. (2017). 'A economia política angolana e sua génese público-privada: uma análise das construtoras brasileiras em Angola'. *Oikos – Revista de Economia Política Internacional*, 16(2), pp. 65-78.

Gilpin, R. (1987). *The political economy of international relations*. Princeton: Princeton University Press.

Habermas, J. (1962). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*, Paperback ed. (1991). Massachusetts: MIT Press.

Hodges, T. (2003). *Angola: anatomy of an oil state*. Oxford: James Currey and Boomington.

\_\_\_\_\_. (2007). 'The economic foundations of the neopatrimonial state', in: Chabal, P.; Vidal N. (eds) *Angola: the weight of history*. Londres: Hurst & Company, pp. 175-199.

Kiala, C. (2010). 'China-Angola aid relations: strategic cooperation for development?' *South African Journal of International Affairs*, 17(3), pp. 313-331.

Leite, I. C. (2010). 'Cooperação Sul-Sul: um ensaio conceitual'. *Boletim Mundorama*, 15 jun. 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/06/15/cooperacao-sul-sul-um-ensaio-conceitual-por-iara-costa-leite/>> [Acesso em: 6 out. 2016].

Lengyel, M.; Malacalza, B. (2011). 'De que hablamos cuando hablamos de Coperación Sur-Sur? La construcción del concepto desde bases empíricas', in *IPSA-ECPR Joint Conference*, São Paulo, Fevereiro 2011.

List, F. (1841). *The National System of Political Economy*. Filadélfia: J. B. Lippincott & CO.

Lopes, H. (2012). O processo de angolanização. *Jornal de Angola*, 1 Nov. 2012. Disponível em: <[http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/artigos/o\\_processo\\_de\\_angolanizacao](http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/artigos/o_processo_de_angolanizacao)> [Acesso em: 13 dez. 2017].

Messiant, C. (2007). 'The mutation of hegemonic domination: multiparty politics without democracy', in: Chabal, P.; Vidal N. (eds) *Angola: the weight of history*. Londres: Hurst & Company, pp. 93-123.

Moreira, A. (1996). *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Almedina.

Nóbrega, A. (2015). *Guiné-Bissau: um caso de democratização difícil (1998-2008)*. Lisboa: ISCSP.

Oliveira, R.S. (2011). 'Illiberal peacebuilding in Angola'. *Journal of Modern African Studies*, 49(2), pp. 287-314.

Polanyi, K. (1944). *The great transformation: the political and economic origins of our time*, 2ª ed. Boston: Beacon Press.

Public-Private Infrastructure Advisory Facility (PPIAF); Banco Mundial. (2005). *Private solutions for infrastructure in Angola*. The International Bank for Reconstruction and Development. Disponível em: <<http://www.ppiaf.org/ppiaf/sites/ppiaf.org/files/publication/Angola-CFR.pdf>> [Acesso em: 30 abr. 2017].

Pushak, N.; Foster, V. (2011). *As infra-estruturas em Angola: uma perspectiva continental*. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/ANGOLAEXTN/Resources/AICD-Angola\\_Country\\_Report\\_Pr.pdf](http://siteresources.worldbank.org/ANGOLAEXTN/Resources/AICD-Angola_Country_Report_Pr.pdf)> [Acesso em: 4 maio 2017].

República de Angola. (2008). *Privatização em Angola: linhas gerais*. Ministério das Finanças. Disponível em: <[http://www.angolanainternet.ao/portalempresas/images/documentos/privatizacao\\_linhasgerais.pdf](http://www.angolanainternet.ao/portalempresas/images/documentos/privatizacao_linhasgerais.pdf)> [Acesso em: 20 maio 2017].

Strange, S. (1970). International economics and international relations: a case of mutual neglect. *International Affairs*, 46(2), pp. 304-315.

\_\_\_\_\_. (1976). The study of transnational relations. *International Affairs*, 52(3), pp. 333-345.

\_\_\_\_\_. (1988). *States and markets: an introduction to international political economy*. Nova Iorque: Basil Blackwell.



\_\_\_\_\_. (1996). *The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Underhill, G. (2000). State, market and global political economy: genealogy of an (inter-?) discipline. *International Affairs*, 76(4), pp. 805-824.

\_\_\_\_\_. (2001). *States, markets and governance: private interests, the public good and the democratic process*. In: Universiteit van Amsterdam, Amsterdam.

\_\_\_\_\_. (2003). States, markets and governance for emerging market economies: private interests, the public good and the legitimacy of the development process. *International Affairs*, 79(4), pp. 663-689.